

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
SABERES E PRÁTICAS
PARA ALÉM DOS MUROS ESCOLARES**

Ana Carolina da Rocha (SEEDUC/RJ e UNIGRANRIO)
anampb78@gmail.com

RESUMO

A consolidação dos movimentos sociais no processo de redemocratização do Brasil resultou na Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã, que afirma o princípio da igualdade racial. Com a efervescência política desse período, marcado pelas lutas em defesa dos direitos humanos, a problemática da desigualdade e da discriminação racial na sociedade e no sistema escolar brasileiro torna-se flagrante, provocando a necessidade de políticas públicas e educacionais, que assegurem a eficácia do princípio da igualdade racial, a partir de ações afirmativas. Nesse trabalho, a metodologia consistiu em estudo de caso que teve como objetivo gerar ações afirmativas de inclusão para implementar o ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no Colégio Estadual Souza Aguiar (CESA), localizado no centro do Rio de Janeiro, em parceria com a proposta Kabula Artes e Projetos, integrante da Associação Cultural Ilê Mestre Benedito de Angola (ACIMBA). O presente artigo irá relatar como a parceria entre o CESA e o Kabula tem viabilizado um processo de formação em que os saberes e práticas são construídos através da participação de estudantes, professores, capoeiristas e outros representantes populares que, juntos, têm compreendido que a história do Brasil pode e deve ser narrada por todos que dela participaram, de modo a transitar do processo de invisibilidade do povo africano para o reconhecimento do protagonismo dos sujeitos/cidadãos negros na transformação tanto da história da cidade do Rio de Janeiro quanto da história do Brasil.

Palavras-chave: Formação do professor. Igualdade social. Igualdade racial. História.

Dentre as ações que visam à promoção da igualdade racial, a Lei Federal nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura da população afro-brasileira no sistema educacional, representa um marco na história na luta do Movimento Negro.

Essa lei teve como desdobramento a elaboração das "Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", que tratam de polí-

tica curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, com a intenção de combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (BRASIL/MEC/ SEPPPIR, 2004).

A mencionada política curricular buscar traduzir bases filosóficas e pedagógicas pautadas nos princípios de consciência política e histórica da diversidade, de fortalecimento de identidades e de direitos e de ações educacionais no combate ao racismo e às discriminações.

A compreensão de tais princípios se refere a todos os profissionais da educação, que exercem influência desde a (des)construção de ideias e comportamentos presentes na sociedade, passando pela valorização dos elementos da cultura afro-brasileira para a construção da identidade e a promoção de práticas que superem o racismo e o preconceito existente no cotidiano das escolas. Nosso principal problema de pesquisa se refere a como concretizar tais intenções em práticas curriculares. Sabemos que a implementação das diretrizes curriculares, com atenção aos princípios mencionados, revela exigências de mudanças de valores, de maneiras de pensar e de agir dos indivíduos, em particular, assim como das instituições e das suas tradições culturais. (ARANTES & SILVA, 2009)

A incorporação da temática afro-brasileira no currículo escolar trouxe o debate sobre como essa discussão vinha sendo tratada no cenário da escola e ampliou a problematização quanto ao processo de folclorização atribuído às questões africanas, que, preferencialmente, eram abordadas apenas em datas comemorativas, não raras vezes reduzidas a apresentações de danças ou músicas.

A nosso ver, esse tratamento curricular mantinha a cultura e os grupos abordados em uma perspectiva exótica e artificial, que não correspondia à realidade dos mesmos e que mantinham a inferioridade histórica. Lamentavelmente, esses processos ainda não foram superados e há um longo caminho a ser percorrido para se construir uma relação crítica e problematizadora, que elimine práticas pedagógicas essencializadoras, bastante enraizadas na cultura escolar.

É evidente que a incorporação dessas leis não supera o perigo da essencialização das identidades e culturas africana e afro-brasileira, mesmo que isto não represente as intenções legislativas e curriculares. Vemo-nos diante de uma tarefa desafiadora, que exige de nós um posicionamento crítico e político, para que possamos refletir sobre a diversidade cultural, com um olhar ampliado, que consiga abarcar seus diferentes

recortes diante da implementação de políticas públicas que respeitem a história e a diferença de cada grupo social, dentro das suas especificidades, sem perder o rumo do diálogo, da troca de experiências e da garantia dos direitos sociais. (GOMES, 2003)

Nesse trabalho, nossa metodologia consiste em estudo de caso que teve como objetivo gerar ações afirmativas de inclusão para implementar o ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no Colégio Estadual Souza Aguiar (CESA), localizado no centro do Rio de Janeiro, em parceria com a proposta Kabula Artes e Projetos, integrante da Associação Cultural Ilê Mestre Benedito de Angola (ACIMBA).

Reiteramos que as mudanças promovidas pela Lei Federal número 10.639/03 têm a pretensão de provocar nos sistemas educacionais uma nova postura política diante da produção de conhecimentos e saberes oriundos das demandas sociais e culturais de ascendência, sobretudo, africana, que constituem nossa brasilidade. Diante desse novo cenário, o sistema educacional precisa considerar as diferentes vozes que o constituem. A partir da legalidade, a escola se depara como o desafio de promover o interculturalismo para transpor as tensões postas pela sociedade que vem normatizando e ditando o que é certo, belo e legitimamente posto pelo discurso do opressor sobre o oprimido ao longo da história, pois, como nos mostra Bourdieu (1989),

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação das distinções. (BOURDIEU, 1989, p.10)

Entendemos que só será possível pensar em uma “nova ordem” a partir do processo de conscientização e participação dos grupos historicamente oprimidos. No entanto, como promover ações no âmbito escolar que possam ir contra ao monoculturalismo opressor dominante? A Lei 10.639/03 vem ratificar a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira não como mais uma disciplina específica a ser trabalhada. A proposta diz respeito à produção de conhecimentos e formação de atitudes e valores capazes de educar cidadãos conscientes da cultura étnico-racial.

Entretanto, intenções e orientações legislativas não se convertem em práticas instantâneas. A instituição educacional, na tentativa de im-

plementar a demanda da lei federal 10.639/03, esbarra, na maioria das vezes, com o desconhecimento dos educadores, diante da questão, na medida em que estes não foram contemplados em sua formação acadêmica com a história africana e afro-brasileira. A partir dessa lamentável realidade, faz-se urgente uma formação continuada docente a fim de trazer essa temática à tona. Assim, começam a surgir alguns grupos voltados à formação de gestores e docentes nas secretarias de educação de vários estados.

Desse modo, trazemos a história do Comitê Étnico-Racial da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC). Esse comitê surge no ano de 2008 pensando na necessidade de uma formação continuada sobre o estudo da história e cultura afro-brasileira e com o objetivo de realizar a troca de práticas pedagógicas sobre o assunto num movimento inclusivo por uma nova cultura no âmbito escolar.

Contudo, como seria possível pensar em novas práticas pedagógicas diante do currículo normatizador existente? Como transformar tal currículo, se há uma falta de conhecimento do próprio corpo docente sobre a história africana e afro-brasileira?

Essas questões foram as mais citadas durante as primeiras reuniões do Comitê Étnico-Racial da Coordenadoria Regional X da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. O Comitê surge a partir da constatação de que há no cotidiano educacional poucas práticas afirmativas interculturais. No âmbito escolar, a prática ainda é consideravelmente voltada para o *multiculturalismo celebratório*. (CANDAU, 2004)

Podemos perceber que o multiculturalismo celebratório ainda aparece como algo marcadamente utilizado na medida em que as comemorações acontecem num período pontual como a “Semana da Consciência Negra”, em que, através de painéis ilustrativos, palestras e apresentações, por vezes caricaturais, sobre a cultura africana, acabam segregando, na maioria das vezes, muito mais, o que deveria ser prática emancipatória. Como forma de enfrentar as barreiras pedagógicas e ideológicas sobre as temáticas raciais, consideramos a possibilidade de investir em processos formativos pautados em perspectivas interculturais.

Para iniciar a discussão sobre a questão formação docente em uma perspectiva intercultural, definimos que esse processo tem por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta-se promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos cultu-

rais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade, sem ignorar as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. (CANDAU, 2005, p. 19)

Desse modo, a busca da construção de práticas pedagógicas atentas às diferenças e superação de discursos discriminatórios se dá na articulação entre os estudos e pesquisas sobre o interculturalismo e a formação continuada do professor.

As intenções para formação do professor, visando um projeto contínuo de reflexão ao longo de toda vida profissional, têm início na década de 1960, como nos apresenta Nóvoa (2004). Essas intenções se apoiam/apoiaram em valores do neoliberalismo, atendendo às perspectivas neoliberais de valorização do processo de formação dos professores e à necessidade de investimentos nos chamados recursos humanos. (GOMES, 2011)

Paulo Freire (2011) nos leva a pensar sobre a necessidade da valorização do professor como sujeito de uma cultura e em diálogo constante com as culturas dos estudantes, até então ausentes ou silenciadas na escola, a partir de uma oposição crítica ao neoliberalismo na formação docente. Nesse sentido, as pesquisas sobre formação dos professores passaram a considerar a interlocução entre culturas que adentravam cada vez mais na escola.

Zeichner *apud* Geraldi et al (2000) aponta para a demanda de reflexão dos professores sobre a dimensão política e social dentre outras, ampliando as análises sobre o que acontece em sala de aula e as escolhas que afetam a vida dos estudantes, entendendo que a forma como o professor percebe a realidade cultural e escolar promove, por vezes, entraves que inviabilizam a experimentação de outros pontos de vistas.

Os docentes, ao não meditarem sobre o que, porque e como ensinam, corroboram com a naturalização do olhar sobre o cotidiano escolar e fomentam práticas tecnicistas que, fundamentadas na busca de soluções e recursos mais eficientes, encontram em outros sujeitos, que não o próprio professor, as soluções para os inúmeros desafios que acontecem nas escolas. De acordo com o autor supracitado, o professor cria saberes, produzindo culturas e, ao pensar sobre o contexto escolar e cultural em que atua, por exemplo, sobre os resultados das suas práticas, encontra uma diversidade de respostas e estratégias com e para os estudantes.

Geraldi et al. (2000) ressaltam como um dos pressupostos para

uma reflexão crítica sobre a construção de teorias e práticas do/sobre o professor, a complexa realidade escolar imbricada por diferentes culturas. Pensar sobre crenças, percepções, valores, visões de mundo, representações e opiniões pessoais implica ir além do raciocínio como ação individual, e adentrar em mundo real de conflitos, tensões e disputas ideológicas, e até mesmo física, vivida pelos professores durante as aulas.

Pensar acerca das pesquisas e políticas de currículo para formação dos professores que atuam nas escolas públicas parece vital, quando não são respeitadas as culturas e valorizadas as diferenças entre sujeitos e culturas históricas. A busca por uma atuação meramente técnica dos professores torna a reflexão da pesquisa sobre o ensino uma atividade que não supera o viés tecnicista.

Em contraposição, o compartilhamento de pensamentos/debates dos professores e pesquisadores em relação às questões culturais, como por exemplo, os conflitos étnicos, dentre outras questões, podem contribuir para uma transformação da escola em espaço-tempo da relação entre pesquisa sobre formação continuada de professores e construção de práticas pedagógicas interculturalmente orientadas.

A partir dessa realidade, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro promove em 2008 um espaço de formação continuada sobre a temática com representantes de todos os colégios do Estado:

A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC, por seu compromisso e postura de diálogo franco com a sociedade, tem procurado estabelecer em sua estrutura funcional organismos para atingir estratégias pedagógicas. Para tal, foi criado no ano de 2008, o Comitê Estadual Étnico-Racial, composto por representantes de cada uma de suas antigas 30 Coordenadorias Regionais. (SANTOS, 2013, p. 1)

Assim, desde 2008, cada uma das trinta coordenadorias regionais se reúne mensalmente com seus representantes: coordenadores e representantes de cada escola com o objetivo de trocar experiências sobre o desenvolvimento pedagógico com o objetivo de promover práticas *multiculturais revolucionárias* nas adequações curriculares efetuadas para implementar o ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena":

Expressões como multiculturalismo conservador, liberal, celebratório, crítico, emancipador, revolucionário podem ser encontradas na produção sobre o tema e multiplicam-se continuamente. Certamente são inúmeras e diversificadas as concepções e vertentes multiculturais (...) O “empoderamento” tem também uma dimensão coletiva, trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados etc., favorecendo sua organização e sua parti-

cipação ativa na sociedade civil. As ações afirmativas são estratégias orientadas ao “empoderamento”. (CANDAUI, 1997, p. 53)

Diante desse desafio, elegemos trazer a abordagem do Colégio Estadual Souza Aguiar, na medida em que essa instituição vem se comprometendo em promover ações afirmativas de *empoderamento* das minorias, na comunidade escolar, pelo viés da participação.

O Colégio Estadual Souza Aguiar (CESA) foi criado em 29 de março de 1908 e está localizado no bairro da Lapa, no município do Rio de Janeiro. O CESA recebe cerca de 1.300 estudantes do ensino médio em três turnos. Essa instituição centenária apresenta um perfil de alunos voltados às linguagens artísticas: a musicalidade, a poesia e a dança estão presentes no cotidiano dos jovens estudantes.

A partir da dificuldade de um conhecimento abrangente sobre a cultura afro-brasileira, a equipe docente se preocupou em pesquisar mais sobre a temática e decidiu buscar novas parcerias para enriquecer a sua prática pedagógica. Através da pesquisa virtual foi possível perceber que há uma infinidade de projetos relacionados à valorização da história e da cultura afro-brasileira.

A eleição pelo projeto Kabula foi feita pela equipe pedagógica, ao avaliar que a proposta educacional representava uma forma didática e artística que viabilizaria o resgate da cultura africana, enaltecendo a brasilidade numa interlocução prazerosa:

O Kabula Artes e Projetos, integrante da Associação Cultural Ilê Mestre Benedito de Angola (ACIMBA) e do movimento cultural Conexão Carioca de Rodas na Rua (CCR), desde junho de 2012 até agora, realiza mensalmente as Rodas de Capoeira do Cais do Valongo, que são apresentações públicas de capoeira angola, precedidas pelas Rodas dos Saberes, palestras gratuitas sobre a história, identidade e manifestações culturais na Região Portuária, realizadas a céu aberto no antigo Cais do Valongo. (TEIXEIRA, 2014, p. 2)

O objetivo do projeto consiste em colaborar com a preservação da memória, promover a divulgação e valorização do patrimônio cultural imaterial das culturas de matriz afro-brasileira no Rio de Janeiro, que têm o seu berço histórico na Região Portuária. O projeto pode ser considerado como uma lente para todo brasileiro olhar para si e para seu redor, enquanto produto do contexto e da cultura afro-brasileira. Trata-se potencialmente de uma contribuição ao processo de formação de professores ao promover saberes e práticas, que corroborem com o estudo e ensino dos diversos aspectos da história e da cultura das etnias africanas.

Entre as atividades realizadas, destacamos a *aula passeio* (FREI-

NET, 1979), que permitiu a educandos e professores, realizarem práticas interculturais e as adequações curriculares efetuadas para implementarem o ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" de maneira significativa e prazerosa, rompendo, assim, com os muros da escola, pois

As saídas ao ar livre readquirem seus direitos, se fazem cada vez mais numerosas e se transformam, pouco a pouco, em aulas-passeio. Safa-se alegremente e aparentemente sem problemas, mas agora já havia a preocupação de fazer um relatório de todos os acontecimentos que, ao longo dos caminhos, atraíam o olhar daqueles que estavam habituados a ver as coisas mais de perto: uma busca permanente dos olhos, ouvidos, de todos os sentidos abertos à magia do mundo, fazia surgir todas essas paisagens, agora vistas como novas, uma incessante descoberta, imediatamente comunicada e que se tornava coletiva. E, captada em pleno voo por um professor atento, era a liberação das almas, uma coesão lentamente construída e mais íntima da comunidade escolar. (FREINET, 1979, p. 17)

Freinet foi um dos primeiros teóricos da área da educação que buscou aliar a teoria à prática, construindo uma ligação entre professor e aluno jamais estabelecida. Cabe lembrar que a ordem sempre existiu, todavia, nessa prática, o aluno passou de mero espectador a protagonista. Sem dúvida, o caminho trilhado por Freinet trouxe contribuições incontestáveis à educação. Ao adotar tal perspectiva, o Colégio Estadual Souza Aguiar (CESA), em parceria com o projeto Kabula, promove passeios, denominados: *aulas das descobertas*. Essas aulas aconteciam no cais do porto do Valongo:

O Valongo, lugar de desembarque de centenas de milhares de africanos escravizados entre 1774 e 1831, passou em seguida quase dois séculos encoberto e esquecido pelos habitantes do Rio de Janeiro e seus visitantes. Como era inconveniente lembrar desse lugar de sofrimento e de profunda injustiça, os donos do poder carioca o encobriram, primeiro com outro cais, depois com um largo chamado de "Jornal do Commercio", o que evoca notícias de uma atividade decente e normal, não um crime contra a humanidade (...) O Valongo constitui assim um lugar crucial de memória para lembrar a tragédia que foi o tráfico transatlântico de seres humanos escravizados, e sua escala inumana de quase um milhão de vítimas desembarcadas apenas nas pedras desse cais. (ASSUNÇÃO, 2014, p. 9)

As *aulas das descobertas* acontecem mensalmente durante todo o ano letivo desde 2014. Os estudantes do Colégio Estadual Souza Aguiar participam ativamente das propostas oferecidas pelo projeto Kabula: *o passeio ao Cais do Porto, a Roda dos Saberes*, que envolvem diferentes autores promotores de contação de histórias africanas e atividades de musicalidade que fortalecem processos de resistência e fortalecimento da memória social.

Além dessas atividades lúdicas, a roda de capoeira acontece, não como ritual folclórico, mas movimento de militância ativa numa reunião perfeita de alegria e arte. A parceria CESA-Kabula vem possibilitando novas formas afirmativas para possibilitar as adequações curriculares, para implementar o ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", de forma emancipatória, para além dos muros da escola. Ousamos afirmar que a parceria tem sido, também, uma nova forma de experiência formativa para os professores e educandos.



Fig. nº 1: Roda de capoeira – Projeto Kabula

Crédito fotográfico: Maria Buzanosky

Coordenação: Carlo Alexandre Teixeira Produção: Ana Carolina Oliveira

Ressaltamos que, a escolha da equipe docente do Colégio Estadual Souza Aguiar (CESA) pela parceria com o projeto Kabula se deu pela empatia pela memória histórica do cais do porto de Valongo. De acordo com Soares (1994, p. 02), “a área do Valongo teria recebido ao menos meio milhão de escravos entre fins do século XVIII, quando o tráfico negro transatlântico foi proibido”.

Para os pesquisadores, essa área do cais representa o maior porto negreiro das Américas e constitui um lugar emblemático da diáspora africana em nível internacional. Em 1843, o local teria sido remodelado e transformado no Cais da Imperatriz, com o intuito de receber a princesa Tereza Cristina das duas Sicílias, que desembarcava da Europa recém-casada com o imperador D. Pedro II.

A área toda foi aterrada na primeira década do século XX, no âmbito das reformas urbanísticas promovidas pelo então prefeito Pereira Passos, dando lugar à praça Jornal do Comércio, localizada na atual avenida Barão de Tefé. O porto de Valongo apresenta uma história marcante que ainda é possível ver as cicatrizes da escravidão ao visitar o território da praça Mauá.

Para efeito de informação, destacamos alguns fatos marcantes ocorridos nesse espaço histórico: Local de nascimento de Machado de Assis, em 1839, no morro do Livramento; palco da Revolta da Chibata, em 1910; local de fundação do Clube de Regatas Vasco da Gama, em 1898; construção do primeiro “arranha-céu” da América Latina, o edifício “A Noite”, na década de 20; local de surgimento da primeira favela do Brasil, em 1897, o morro da Providência; nascimento das rodas de choro e do samba, na “Pedra do Sal”, morro da Conceição; berço da primeira escola de samba do Rio, em 1932, Vizinha Faladeira. Em 2015, o cais do porto do Rio, no seu formato atual, completou 105 anos.

Desde seu centenário em 2010, o porto de Valongo vem perdendo sua identidade a partir do projeto de revitalização do porto do atual prefeito Eduardo Paes. O prefeito iniciou um projeto denominado Porto Maravilha. Nele consiste em revitalizar o cais do porto com o objetivo de criar um novo ambiente ao local que tornará os terrenos atraentes à iniciativa privada. Para isso, a prefeitura do Rio de Janeiro parece imbuída em apagar a história passada ao promover parceria com empreiteiras e construir prédios e desalojar antigos moradores dessa região tombada pelo patrimônio cultural.

Nesse ano de 2016, com a inauguração do Museu do Amanhã, observamos que a região do Valongo ganha outro sentido. O local em que o Museu do Amanhã foi construído, enterra a maioria dos corpos negros que já colocaram os pés no continente americano. Assim, o passado negro é deliberadamente ignorado e substituído pela construção arquitetônica moderna do Museu do Amanhã. A partir dessa realidade, aumenta a necessidade de práticas afirmativas nas escolas que envolvam o resgate

da memória do porto de Valongo.

O projeto Kabula ocupou esse espaço, num movimento de resistência à nova ordem comercial implementada pela prefeitura do Rio de Janeiro, e vem dialogando com o poder público sobre a importância de preservar a identidade da região. Assim, em 2015, foi publicado o livro *Roda dos Saberes do Cais do Valongo*. Esse livro é fruto de reflexões de pesquisas, memórias e histórias pontuais de culturas populares de resistência ontem e hoje.

A partir desse livro, os jovens estudantes do Colégio Estadual Souza Aguiar (CESA), dentre outras instituições de ensino, têm a oportunidade de conhecer algumas linhas dessa história marcante e que jamais deverá ser esquecida: o cais do porto de Valongo, pois, trazendo os versos de Paulinho da Viola: "Quando penso no futuro, não me esqueço do passado". Sendo assim, a proposta do CESA, em consonância com o projeto Kabula, possibilita um amanhã menos excludente através do resgate memorial do cais do porto de Valongo.

Cumpramos esclarecer que cabula se origina do idioma banto falado no Congo e em Angola e significa: mistério; culto religioso secreto; ritmo religioso tocado, cantado e dançado. Além disso, cabula é um verbo e nome próprio feminino. (SANTOS et al., 2010, p. 210)

A articulação deste projeto com o CESA, colégio de ensino médio estadual, local de matrícula de 1.300 estudantes com o perfil para expressar-se através de diferentes linguagens da música, poesia e dança dá o tom cultural em ambos os espaços, como forma de expressão de uma cultura silenciada pelo poder dominante.

Esta articulação entre Kabula e CESA favorece a discussão da Lei Federal de 10.639/2003, pois permite aos estudantes e professores (re)conhecer o processo de escravidão, a violência e o crime à humanidade, as formas de resistência e o legado do povo negro para a história do Brasil.

Essa proposta tem viabilizado um processo de formação em que os saberes e práticas são construídos através da participação de estudantes, professores, capoeiristas e outros representantes populares que, juntos, têm compreendido que a história do Brasil pode e deve ser narrada por todos que dela participaram, de modo a transitar do processo de invisibilidade do povo africano para o reconhecimento do protagonismo dos sujeitos/cidadãos negros na transformação tanto da história da cidade do Rio de Janeiro quanto da história do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, A.; SILVA, F. C. História e cultura africana e afro-brasileira: representação da Lei 10.639 nas escolas municipais da cidade de Petrolina – PE. In: AGUIAR, Márcia Angela da S. (Coord.). *Educação e diversidade: estudos e pesquisas*. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, 2009, p 09-38.

ASSUNÇÃO, Matthia Röhrig. E como havia muitas semelhanças culturais entre esses grupos, o termo benguela serviu para unificar pessoas que já possuíam muitas afinidades... In: TEIXEIRA, Carlo Alexandre (Org.). *Rodas dos saberes do Cais do Valongo*. Niterói: Kabula Artes e Projetos, 2015, p. 40-45. Disponível em:

<https://kabulartes.files.wordpress.com/2015/02/roda-saberes-dos-saberes-do-cais-do-valongo.pdf>> Acesso em: 30 de janeiro de 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Organizado por Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1989.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil/DIFEL, 1989.

BRASIL/MEC/SEPPPIR. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Resolução nº 1. Brasília: MEC/SEPPPIR, 17 de junho de 2004.

BRASIL. *Lei Federal nº 10.639*. Dispõe sobre a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 09 de janeiro de 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 05 de outubro de 1988.

CANDAU, Vera Maria. Pluralismo cultural, cotidiano escolar e formação de professores. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Multiculturalismo e educação em direitos humanos. In: MAGDENZO, Abraham (Ed.). *De miradas y mensajes a la educación en de-*

rechos humanos. Santiago: Lom, 2004.

_____. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FREINET, E. *O itinerário de Célestin Freinet: a livre expressão na pedagogia Freinet*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia et al. Refletindo com Zeichner: um encontro orientado por preocupações políticas, teóricas e epistemológicas, In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. *Cartografias do trabalho docente*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

GOMES, Joe. *Teoria e prática multicultural: subsídios para formação continuada do professor de educação física*. 2011. Dissertação (de mestrado). – UFRJ/CFCH/PPGE, Rio de Janeiro.

GOMES, N. L. Educação e diversidade étnico-cultural. In: RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento. (Coords.). *Diversidade na educação: reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003, p. 67-76. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=26736&co_midia=2>.

KABULA Artes e Projetos e ACIMBA – Associação Cultural Mestre Ilê Benedito de Angola lançam o livro, filme e exposição fotográfica. Disponível em: <<http://www.sopacultural.com/kabula-artes-e-projetos-e-acimba-associacao-cultural-mestre-ile-benedito-de-angola-lancam-o-livro-filme-e-exposicao-fotografica>>. Acesso em: 05-02-2016.

NÓVOA, Antonio. *Entrevista ao Centro de Referência em Educação Mário Covas*. 2004. Disponível em: <www.crmariocovas.sp.gov.br>. Acesso em: 31-01-2016.

SANTOS, Elisabete et. al. *O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SILVA, Selma Maria. *Comitê étnico-racial: um breve relato*, 2012.

SOARES, C. E. L. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Divisão de Editoração da Secretaria Municipal de Cultura, 1994.